A MAGISTRATURA TRABALHISTA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 840, §§ 1º E 3º DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Ataídes Lemos da Costa*

RESUMO

O presente estudo busca empreender a análise do Art. 840, §§ 1º e 3º, introduzido no ordenamento jurídico celetista pela Lei nº 13.467/2017, também conhecida como reforma trabalhista, e as repercussões desta nova normativa na justiça do trabalho. Para realização deste artigo, utilizou-se o método dedutivo e a técnica de pesquisa através de revisão bibliográfica da legislação vigente, jurisprudência e literatura especializada, analisando e investigando a inconstitucionalidade do dispositivo celetista, confrontando com as prerrogativas do *jus postulandi* conferida às partes da relação processual trabalhista e da liquidação de sentença de que dispõe o art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho e o papel exercido pela magistratura da Justiça do Trabalho. Analisa, com efeito, a necessidade ou não da liquidação dos pedidos no rito ordinário.

Palavras-Chave: Atuação dos Magistrados Trabalhista. Inconstitucionalidade. *Jus Postulandi*. Liquidação de Sentença. Reforma Trabalhista. Valor dos pedidos.

* Mestrando em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC/2020. Pós Graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Fundação Escola da Magistratura do Trabalho - FEMARGS/RS e Escola Superior do Ministério Público - FMP/2016. Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA/2006. Advogado atuante na área trabalhista e sindical. Email: ataides.costa@terra.com.br

LABOR MAGISTRATURE AND THE UNCONSTITUTIONALITY OF ARTICLE 840, §§ 1 AND 3 OF THE CONSOLIDATION OF LABOR LAWS

ABSTRACT

The present study seeks to undertake the analysis of Art. 840, §§ 1 and 3, introduced in the legal system by Law 13.467 / 2017, also known as labor reform, and the repercussions of this new norm in the labor justice. In order to carry out this article, we used the deductive method and the research technique through a bibliographic review of the current legislation, jurisprudence and specialized literature, analyzing and investigating the unconstitutionality of the celetist device, confronting the prerogatives of the jus postulandi conferred to the parties of the relationship procedural labor and settlement of the sentence provided for in art. 879 of the Consolidation of Labor Laws and the role played by the Labor Justice magistracy. It analyzes, in effect, the need or not of the settlement of requests in the ordinary rite.

Keywords: Performance of Labor Magistrates. Unconstitutionality. Jus Postulandi. Settlement of Award. Labor Reform. Value of orders.

1 INTRODUÇÃO

A alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Congresso Nacional em tempo recorde, pretendia obscurecer fato que não passou despercebido por aqueles que lidam diariamente com o Direito do Trabalho. Boa parte do texto da chamada “reforma trabalhista” não é senão a cópia do que há de mais gravoso nas súmulas do Tribunal Superior do Trabalho ou em entendimentos minoritários já professados no âmbito das relações de trabalho judicializadas. Em alguns pontos, é verdade, vai além disciplinando maldades que não seriam compreendidas, senão no contexto da ânsia devoradora do capital sobre o trabalho.

A Lei nº 13.467/2017 modificou amplo conjunto de dispositivos da Norma Celetista, da legislação trabalhista esparsa e da legislação previdenciária.

Entre tais mudanças, destaca-se a alteração dos requisitos da petição inicial, art. 840, §§ 1º e 3º, da CLT, o qual agora já deve contemplar também a liquidação, pedido “certo, determinado e com indicação de seu valor”, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito.

Na redação original do referido artigo, inexistia a obrigatoriedade de indicação de valor a cada pedido, tampouco havia previsão de extinção do mesmo sem análise do mérito, caso a petição inicial não preenchesse os requisitos do § 1º do artigo 840.

A nova exigência processual, ao imputar ao autor o ônus de precisar o valor demandado, em momento anterior mesmo à apresentação da contestação e à juntada de documentação pelo empregador, sob pena de extinção do processo, configura óbice ao acesso à justiça, prejudicando a tutela constitucional do trabalho e das verbas trabalhistas.

Os §§ 1º e 3º do art. 840 da CLT, na redação conferida pela Lei nº 13.467/2017, vulneram diversas garantias constitucionais, tais como o acesso à justiça (art. 5º, XXXV), a proteção do trabalho (art. 6º, *caput*), a proteção do salário (art. 7º, X), a tutela judicial dos créditos trabalhistas (art. 7º, XXIX) e da segurança jurídica (art. 5º, *caput*), todos da Constituição Federal.

A atribuição de valor a cada pedido, segundo a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 840 da Consolidação das Leis do Trabalho, imposto ao trabalhador

autor de reclamação trabalhista, é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.002/2018, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo é ver o Pleno do Supremo Tribunal Federal, declarar a inconstitucionalidade da referida norma, eis que viola princípios fundamentais constitucionalmente assegurados, os quais norteiam a racionalidade do processo do trabalho, gerando proteção e equilíbrio entre o capital e o trabalho.

2 INCONSTITUCIONALIDADE DOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 840 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

O Direito do Trabalho possui em sua espinha dorsal o princípio protetivo, pois as partes envolvidas em relações de trabalho são desiguais sobre o ponto de vista social, econômico e a solução conflituosa, para que se cumpra com normativos expressos de um Estado Democrático de Direito, precocinado no preâmbulo da promulgação da Constituição Federal, deverá possuir estruturação própria dedicada ao Mundo do Trabalho, que possui status de relevância na ordem jurídica constitucional.

Em uma sociedade em que o raciocínio se pauta na diminuição de direitos para aumentar empregos, fundamentado pelo sistema capitalista de produção à lógica da competitividade, da redução de custos, da ampliação de mercado e a precarização do trabalho, é necessário que exista uma estrutura própria como a Justiça do Trabalho para gerar proteção e promover a verdadeira Justiça Social.

O capitalismo atual se apresenta como um processo multiforme, no qual a informalidade, a precarização, a materialidade e a imaterialidade, se tornam mecanismos vitais para a preservação e ampliação da lei, aumento do sistema produtivo e concorrência no mercado. Passa a ser gerido pela diminuição de custos à base do sacrifício da classe trabalhadora, passando a ter aumento de jornada de trabalho, contratação informal, terceirização dentre outras, sem observar garantias e proteções.

Algumas dessas proteções, diz respeito ao direito de ação, cuja garantia fundamental é assegurada a todo cidadão, nos termos do artigo 5º, XXXV da Constituição Federal, corolário do direito humano e

fundamental ao trabalho inserido no rol de direitos sociais dispostos na Norma Constitucional em seu art. 6º, consoante se verifica, respectivamente:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Trata-se de direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assevera em seu artigo 23 que:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

O direito ao trabalho está intrinsecamente relacionado à dignidade da pessoa humana, cabendo ao legislador instituir normas que possibilitem o desempenho da atividade profissional de forma a assegurar condições minimamente dignas, tais como a segurança, jornada de trabalho compatível, remuneração adequada, igualdade, liberdade de expressão e saúde.

E é nesse contexto que se insere a Consolidação das Leis Trabalhistas, cujo normativo é pautado pelos princípios da proteção, da primazia da realidade, da continuidade, da inalterabilidade contratual lesiva, da intangibilidade salarial, da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas, entre outros.

Os direitos dos trabalhadores são, sobretudo, irrenunciáveis, conforme nos ensina (RODRIGUES, 2015, p. 143):

A propósito, há uma diferença muito grande entre o que ocorre no Direito do trabalho e nos outros ramos do direito, em geral. Com efeito, ao contrário do que ocorre no direito comum, *onde rege o princípio da renunciabilidade*, no Direito do trabalho vige o princípio oposto, que é o da irrenunciabilidade. Ou seja, nos restantes do ramos do direito alguém pode privar-se voluntariamente de uma faculdade, ou de uma possibilidade, ou de um benefício que possui,

enquanto neste setor do direito isso não é possível: ninguém pode privar-se das possibilidades ou vantagens estabelecidas em seu proveito próprio.

Tratando-se especificamente do princípio da proteção, infere-se a necessidade de dedicar à parte hipossuficiente na relação trabalhista, norma favorável, condição benéfica e interpretação *in dúbio pro operário*, nas hipóteses em que evidenciadas dúvidas quanto aos termos de uma norma ou decisão.

Com a alteração do art. 840 e parágrafos da CLT, promovida pela Lei nº 13.467/2017, o prejuízo ao trabalhador foi demasiadamente ampliado.

A base principiológica do direito e do processo do trabalho foi subvertida, eis que ao inserir norma prejudicial ao trabalhador, exigiu conhecimentos técnicos para propor ação, bem como domínio de documentos cuja posse é do ex-empregador, com efeito, impossibilitou a busca de direitos trabalhistas e impede que lesões ou ameaças á direitos sejam apreciados pelo poder judiciário em total afronta a norma constitucional.

A obrigatoriedade de quantificar e expressar na petição inicial, o montante do valor que entender devido sobre cada pedido, sob pena de extinção sem resolução do mérito, trata-se de exigência que vulnera o direito de acesso à justiça, uma vez que impõe à parte autora hipossuficiente nas reclamações trabalhistas – um ônus desproporcional.

A interpretação literal e restritiva que se extrai da norma estabelecida no § 1º do art. 840 da CLT é de que a reforma trabalhista exige pedido liquidado, o qual é aferido antes de o autor ter acesso às provas disponível com exclusividade ao empregador, cujos parâmetros na fase de conhecimento da reclamação, influenciam na delimitação do *quantum* financeiro, vinculando a sentença e impedindo julgamento *ultra petita*.

Referida alteração prejudica a proteção do salário e do trabalho, uma vez que, no caso de o trabalhador apresentar cálculo a menor do que realmente lhe é devido quando da liquidação na inicial, será manifesto o prejuízo daí advindo em verba de natureza alimentar, já que ao julgador é vedado proferir decisão distinta daquilo que fora pedido pelo autor.

Ainda, a alteração traz outros efeitos negativos que na prática, prejudica a tutela jurisdicional do trabalho, tais como: i) confundir o autor da

ação no intento de ver observadas suas garantias básicas, desestimulando-o à busca de seus direitos e ii) conturbar a atuação da magistratura no oferecimento justo e eficiente da jurisdição ao caso concreto, tendo esta que modular as obrigatoriedades implementadas na nova redação do § 1º do art. 840, com o ônus probatório típico do empregador.

Partindo dessa premissa, não restam quaisquer dúvidas de que há inconstitucionalidade na redação dos §§ 1º e 3º do art. 840 da CLT, introduzida pela Lei nº 13.467/2017, em face da violação dos princípios do acesso à justiça e da segurança jurídica (art. 5º, XXXV e *caput*, respectivamente), da proteção ao trabalho (art. 6º *caput*), da proteção ao salário e da tutela judicial dos créditos trabalhistas (art.7º, X e XXIX), todos da Constituição Federal.

No Direito do Trabalho existem peculiaridades entre as partes litigantes, cujos poderes são desproporcionais e se posicionam como jacente, considerando-se, notadamente, a hipossuficiência do trabalhador em contraponto ao empregador.

É por esta razão, que na maioria das demandas levadas ao Judiciário, o ônus probatório recai sobre o empregador, sobretudo, porque detém os meios de prova que ensejam a real formatação da relação de trabalho inquinada, devendo fornecer ao juízo todo o material necessário ao seu livre conhecimento motivado, a fim de fundamentar os parâmetros decisórios.

A exigência de pedido líquido ao encargo do empregado é absolutamente incompatível com o princípio para a aptidão da prova ou da Teoria Dinâmica de Distribuição do Ônus da Prova de que estabelece o Código de Processo Civil, conforme importante correlação com o Direito do Trabalho realizada por (LOURENÇO, 2015. p. 114):

Algo muito próximo da Teoria Dinâmica de Distribuição do Ônus da Prova vem sendo aplicado no âmbito do Direito do Trabalho. A doutrina moderna de Direito Processual Trabalhista tem hoje mais um princípio norteador de sua atuação que é o da aptidão para prova. Segundo este princípio, deve provar aquele que estiver apto a fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu.

Nesse sentido, há o Enunciado 302 do FPPC: Aplica-se o art. 373, §§1º e 2º, ao processo do trabalho, autorizando a distribuição dinâmica do ônus da prova diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade da parte de cumprir o seu encargo probatório, ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário. O juiz poderá, assim, atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que de forma fundamentada, preferencialmente antes da instrução e necessariamente antes da

sentença, permitindo à parte se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

À posse dos meios de prova pelo empregador e a impossibilidade decorrente do empregado autor da ação de efetivar pedido líquido, já é entendimento partilhado pela jurisprudência no sentido da declaração de inconstitucionalidade, como destaca o interessante julgamento proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região:

PETIÇÃO INICIAL. LIQUIDAÇÃO DOS PEDIDOS. ARTIGO 840, §1º, DA CLT. LEI 13.467/2017. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DOCUMENTOS QUE ESTÃO SOB A GUARDA DA RECLAMADA PARA PROCEDER-SE À LIQUIDAÇÃO. RECURSO PROVIDO.1. Não se trata de discutir sobre a constitucionalidade ou não do artigo 840, §1º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 13.467/17, mas sim de sua interpretação conforme a legislação processual vigente e aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho, como o art. 324 do CPC, bem como o princípio constitucional de acesso à Justiça e princípios da economia processual, celeridade e efetividade. A hipótese dos presentes autos é de pedido genérico, em que não há a possibilidade de se liquidar, de imediato, não se podendo falar na liquidação prevista no art. 840, §1º, da CLT, tendo em vista as características do pedido e o disposto no art. 324, do CPC, por se tratar de uma exceção, em que o pedido depende de documentos que estão sob a guarda da parte contrária, o que afasta o requisito da liquidez. Ainda que se defenda a necessidade de liquidar o pedido, impõe-se a observância do contraditório e da aptidão e do amplo acesso à Justiça e à prova, para ser realizada a liquidação dos pleitos autorais. 2. Como advertem UGO MATTEI (professor de direito comparado e internacional da Califórnia, de Hastings e da Universidade de Turim) e LAURA NADER (professora de Antropologia da Universidade da Califórnia, em Berkley), em sua obra *Pilhagem*, Ed. Martins Fontes, pág 30/31, no Estado de Direito, os subordinados com frequência acreditam (ou acreditavam) nos sistemas judiciais porque garantem (ou garantiam) a confrontação das partes, mediante o direito efetivo material de mandar e provocar a jurisdição, quando, então, poder-se-ia, verdadeiramente, vindicar direitos e alcançar a Justiça. Registram, ainda, que, por esta razão, setores poderosos tentam eliminar a resistência potencial oferecida pelos oprimidos, desfavorecidos, subalternos e excluídos, restringindo (ou tentando restringir) o acesso ao sistema judicial, à Jurisdição dita contenciosa, onde a confrontação das partes, sejam indivíduos ou coletividades (classes, categorias, grupos, sindicatos, associações etc), podem por em risco sua dominação, exploração, opressão e violência. Não é à toa, concluem os eminentes professores e articulistas, que o movimento denominado "resolução alternativa de conflitos" (conciliação, arbitragem, mediação, jurisdição voluntária ou administrativa) é defendido com tanta veemência por entidades patronais, organismos financeiros internacionais, empresas e seus agentes, através de uma retórica que sustenta a necessidade de "mediar" os "excessos" da confrontação judicial "a fim de promover uma sociedade mais harmoniosa e pacífica" (para o mercado, por óbvio). Recurso a que se dá provimento. (TRT 17ª R., RO 0001827-42.2017.5.17.0005, Divisão da 1ª Turma, Rel. Desembargador Cláudio Armando Couce de Menezes, DEJT 31/07/2018).

Os princípios orientadores do processo do trabalho, que ecoam para a informalidade e prerrogativas processuais, bem como a hipossuficiência e a vulnerabilidade econômica do trabalhador, não é razoável admitir que a alteração seja garantia do efetivo direito de acesso à justiça aos trabalhadores, já que uma quantia considerável de processos prescindiu de ação cautelar para tornar viável seu direito de ação.

Para Silva (2018, p. 212-213) é bastante assertivo ao comentar a impropriedade de se exigir do trabalhador incumbência tão excessiva e desproporcional:

E agora, com a nova regra do art. 840, §1º, da CLT, insistimos: além de certo, o pedido no processo do trabalho, de rito sumaríssimo ou de *rito ordinário*, deve ser plenamente determinado, com a indicação de um valor que sirva de parâmetro para o alcance do pleito, mas por mera *estimativa*, e não com cabal liquidez.

Do contrário, o trabalhador teria que ajuizar uma *ação para exibição de documentos* — seguindo o procedimento de tutela cautelar requerida em caráter antecedente —, nos moldes dos arts. 396 a 404 do CPC/2015, para, em seguida, no prazo de 30 dias a contar da juntada da documentação solicitada, por parte do empregador, aditar a petição inicial e formular seu pedido principal (art. 308 e parágrafos do CPC/2015), com pretensão líquida em relação a verbas como horas extras, diferenças salariais por equiparação, indenizações decorrentes de doença ocupacional e um largo etcétera. Aliás, muitos trabalhadores já estão recorrendo a esse expediente, tendo legítimo interesse nesta medida cautelar, principalmente no juízo trabalhista em que se exige formulação de pedido líquido.

A inconstitucionalidade das alterações do art. 840 da CLT, se apresenta mais evidente, na medida em que a exigência do § 1º não seja cumprida, o autor da ação é penalizado com a extinção da sua ação, nos termos do § 3º do mesmo artigo em regência, caracterizando-se verdadeira negativa de prestação jurisdicional, impedindo o acesso à justiça, constitucionalmente positivado no art. 5º, inciso XXXV da CF, que dispõe o seguinte:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.

Portanto, as demandas levadas à cognição judicial devem prevalecer frente a quaisquer formalismos legalistas, que reconhecidamente sirvam tão somente a obstar o acesso à Justiça.

A caracterização do acesso a justiça, realiza-se pela prestação jurisdicional eficiente, reconhecendo as particularidades das partes envolvidas e do caso concreto, sobretudo, adotando estratégias com o objetivo de equiparar a correlação de forças entre os litigantes, garantindo e viabilizando o acesso a uma ordem justa, corolário desse direito fundamental. Como diriam (CAPELLETTI e GARTH, 2002, p.8.):

Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.

A exigência de pedidos cabalmente líquidos tende a criar diversos embaraços processuais, fugindo ao próprio fundamento da reforma, que seria o enxugamento da provocação ao Poder Judiciário, para a criação de uma enxurrada de ações cautelares ou preparatórias, a fim de pré-constituir prova e instruir a petição inicial, com cálculos mais precisos.

Essa hipótese torna ineficazes outros princípios, v.g.: i) o *jus postulandi*, tendo em conta que a ação cautelar demanda a atuação de advogado; ii) a economia processual, que objetiva o máximo de resultado com o mínimo de esforços a fim de reduzir tempo e dinheiro e iii) a celeridade, prevista no art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal, que assegura meios que garantam a celeridade de sua tramitação, pois, a reclamação trabalhista deixa de ser célere porque, para atender a exigência de liquidez, faz-se necessário um processo prévio para viabilizar a tutela jurisdicional.

Neste sentido, a alteração contraria à lógica processual trabalhista, conforme bem expressa o julgamento do Recurso Ordinário, proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. *Verbis*:

(...) Por fim, o art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) determina expressamente ao Juiz que, ao interpretar a norma jurídica, busque seu fim social e atenda às exigências do bem comum, denominada interpretação finalística ou teleológica.

Aqueles que conhecem, ainda que minimamente, a realidade do processo do trabalho sabem que os cálculos trabalhistas são complexos e, muitas vezes, dependem de elementos que o trabalhador não dispõe.

Destarte, dois caminhos são possíveis: (a) ou a Justiça do Trabalho vai permitir que a indicação do valor seja feita da forma aproximada (como já acontece no rito sumaríssimo) e, principalmente, que tais valores não vinculem o valor a ser calculado na fase de liquidação de sentença, ou (b) terá que permitir o procedimento de tutela de

urgência preparatória para exibição de documentos a fim de que o autor possa elaborar seus cálculos com exatidão, o que implica duplicar o trabalho já existente.

Esta segunda alternativa, porém, não parece ser a que atenda ao fim social da norma e às exigências do bem comum, na medida em que atenta contra a duração razoável do processo (direito constitucional de primeira grandeza) e dificulta o acesso ao Poder Judicial (outro direito constitucional de primeira grandeza) e, ainda, atravancaria o funcionamento da Justiça do Trabalho, afrontando a regra da eficiência da administração pública (outra garantia constitucional), porque traria para a fase de cognição a discussão sobre acertos e desacertos de cálculos sobre direitos que sequer foram reconhecidos, além da proliferação de tutelas de urgência para produção antecipada de provas. [...]

A nova redação dos §§ 1º e 3º do art. 840 da CLT, ao exigir valores nos pedidos, sob pena de extinção, vinculou a sentença aos pedidos liquidados, cuja procedência restringe a condenação apenas e tão somente no montante expresso nos pedidos do autor da reclamação trabalhista, além de incidir em inconstitucionalidade, causou incongruência com a norma da liquidação de sentença.

Essa nova sistemática é incompatível com o art. 879 da CLT, pois, a reforma trabalhista não só manteve a fase de liquidação, como acrescentou o § 2º ao referido artigo, admitindo que a sentença na fase cognitiva não será líquida. *Verbis*:

Art. 879 - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

[...]

§ 2º Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

A hermenêutica extraída dos §§ 1º e 3º, do art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho, revela evidente inconstitucionalidade material do texto e da norma, por subverter a lógica constitucional do direito processual do trabalho, tendo em conta a determinação de que o pedido certo, também seja líquido, feriu garantias fundamentais asseguradas pela Constituição Federal, na medida em que impede e/ou dificulta o destinatário de exercer/obter o direito de ação cujo objetivo é receber seus créditos trabalhistas (art. 7º, XXIX); à proteção ao salário (art. 7º, X); o direito ao trabalho dentre outros direitos sociais (art. 6º, *caput*); o direito de acesso à justiça (art. 5º, XXXV); o princípio

da igualdade (art. 5º, *caput*); o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III); o princípio protecionista; o princípio do *jus postulandi*; o princípio da economia e celeridade processual (art. 5º, LXXVIII).

Ainda, é importante destacar, que a existência de pronunciamentos judiciais divergentes, que se consubstanciam em satisfação distinta de pleitos com suportes fáticos concretos homogêneos, apresenta importantes riscos à segurança jurídica, princípio difuso em nosso texto constitucional (art. 5º, *caput*, I, II, XXXVI e XXXVII; art. 37, *caput*; art. 93, IX; entre outros).

A toda evidência da fundamentação retro, a nova redação dos §§ 1º e 3º do art. 840 da CLT, afronta normas de direitos fundamentais e sociais já consagrados, contrariando, direta ou indiretamente, diversos dispositivos da Constituição Federal.

Portanto, é inarredável que a Corte Suprema, a fim de restabelecer o princípio da segurança jurídica, pilar de sustentação do ordenamento jurídico, apto a garantir a estabilidade das instituições, declare a inconstitucionalidade da nova redação da norma em comento, alterada pela Lei nº 13.467/2017.

3 A APLICAÇÃO DA NORMA PELA MAGISTRATURA TRABALHISTA

Resta consolidado o entendimento entre operadores e estudiosos do Direito, no sentido de que a idéia de Direito como um sistema fechado de normas, na qual o julgador é limitado ao mero silogismo é insuficiente para solução efetiva dos conflitos de interesses que são levados ao conhecimento do Poder Judiciário.

Neste sentido, entendemos que o Direito é um sistema dinâmico e, portanto, as condições físicas, sociais e psicológicas envolvidas em cada caso concreto submetido ao julgador devem ser consideradas.

O raciocínio lógico daí extraído é que a Lei por si só não basta para alcançar o fim de pacificação social.

Assiste razão a lição de Siches (1971, p. 151), pois, entende que os métodos da lógica tradicional já se revelaram incapazes de solucionar apropriadamente os problemas jurídicos, conduzindo-os, muitas vezes, a resultados absurdos.

O magistrado deve enfrentar a dificuldade de apresentação preliminar de cálculos sobre os pedidos deduzidos em juízo, uma constante em diversas

reclamações, nas quais se pleiteiam diferenças de valores havidos em razão de descumprimento do Contrato de Trabalho, diversas normas Constitucionais e Leis Ordinárias.

É público e notório que no dia a dia do advogado trabalhista, não se tem em mãos todos os documentos pertinentes ao contrato de trabalho, tampouco o trabalhador tem acesso a tais documentos, imprescindíveis para realizar a apuração do montante devido no período imprescrito, pois tais documentos estão em posse do empregador.

O Magistrado ao aplicar a nova redação do art. 840, §§ 1º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, a par da necessidade absoluta de indicação do valor dos pedidos na petição inicial, deve interpretar a referida norma à luz do ordenamento jurídico, com leitura axiológica das disposições legais, constitucionais e jurisprudenciais, a concessão do prazo previsto no art. 324, § 1º do Código de Processo Civil, aplicável a processualística laboral por força da norma integradora do art. 769 da CLT, a qual fora mantida incólume pela lei reformadora.

Ainda, deve-se ter em conta, que mesmo após a reforma, o novel trabalhista continuou omissa, no que se refere ao procedimento a ser adotado no caso de existir irregularidade capaz de caracterizar inépcia da petição inicial, com efeito, deve o magistrado observar o disposto no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que prevê expressamente a interpretação teleológica das regras: "(...) Na aplicação da Lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (...)".

As expressões fins sociais e de bem comum, devem ser entendidas como sínteses éticas da vida em comunidade, o que pressupõe uma unidade de objetivos do comportamento social do homem em sociedade.

A ordem jurídica, em sua totalidade, deve sempre ser um conjunto de preceitos para a realização da sociabilidade humana, tais preceitos jamais devem contrariar os princípios inspiradores do ordenamento jurídico.

Neste contexto, observa-se que a forma primordial que constitui os fundamentos da República (art. 3º da CF), a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, na qual vigora o princípio da proteção do trabalhador, considerado parte hipossuficiente na relação entre capital e trabalho.

Destaca-se, que o acesso à Justiça encontra previsão expressa, sobretudo, para exercer o direito da ampla defesa e do contraditório, princípios estes igualmente previstos no texto constitucional (art. 5º, XXXV e LV).

Ainda, a Magistratura não deve ignorar a instrumentalidade do Processo do Trabalho, o qual não é fim em si mesmo e sim uma ferramenta para restaurar a equidade social, cujos procedimentos e requisitos processuais são necessários como garantia da igualdade de todos perante a lei.

Em que pese à aplicação subsidiária das normas do processo comum ao trabalhista, razão pela qual a Súmula nº 263 do Tribunal Superior do Trabalho sofreu alteração, tratando da necessidade de o juiz conceder oportunidade a parte para regularizar a petição inicial, antes de indeferir o seu processamento por inépcia, salvo nas hipóteses do art. 330 do CPC de 2015, conforme depreende abaixo, não é aplicável no caso em análise, sobretudo, porque aqui se discute a inconstitucionalidade da indicação de valores em cada pedido, portanto, não há razão para o deferimento de prazo para emendar a petição inicial para apontar valores nos pedidos.

Espera-se, portanto, que o Judiciário Trabalhista em uma postura ativa, restabeleça a sintonia entre o novel regramento e a sistemática adotada pelo ordenamento jurídico, afastando a incidência de norma destoante da malha jurídica, ainda que com adaptação na sua interpretação à sistematização da ampla defesa, contraditório e da não surpresa das decisões.

A indispensabilidade de a Magistratura promover o seu verdadeiro “trabalho” é questão *sine qua non*, afinal de contas ela existe porque o DIREITO DO TRABALHO EXISTE, do contrário, não perderá apenas a sua essência, mas a sua existência.

3 CONCLUSÃO

O tema abordado no presente estudo se trata de matéria atual extremamente relevante para os operadores do direito, mas, sobretudo, para a classe trabalhadora que vem sofrendo com as mudanças ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho, através da Lei nº 13.467/2017, mostrando-se necessário debater acerca da evolução jurídica material e processual, bem como sua compatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio.

O estudo teceu considerações acerca de tema constitucional, apontando a incompatibilidade da norma infraconstitucional alterada, com dispositivos da Constituição Federal, ainda, fundamentou as razões pelas quais devem ser combatida, com o intuito de manter a coesão e unidade do direito.

A partir do exposto no presente estudo, foi possível identificar que a interpretação é o grande cerne da discussão.

O estudo apresenta a problemática da interpretação literal do disposto no artigo 840 da CLT, possibilitando que a forma singular de violação do sistema constitucional pátrio, fosse compreendida.

A inovação legislativa, quando interpretada de maneira a criar embaraços ao trabalhador, torna a perseguição dos créditos trabalhistas em juízo, extremamente dificultosa, tendo em conta que violam o acesso à justiça (art. 5º, XXXV), da proteção ao salário (art. 7º, X) e da tutela judicial dos créditos trabalhistas (art. 7º, XXIX), todos da Constituição Federal.

Além da violação constitucional, também foi possível identificar violações dos princípios que regem o direito material e processual do trabalho, v.g., *jus postulandi*, que significa a capacidade de o empregado pleitear em juízo sem o auxílio de advogado, também foi ofendido.

A realização de operações dificultosas exigida do trabalhador, desconsiderando que este não está familiarizado com questões técnicas específicas relativas à demanda judicial, impede, ou no mínimo desencoraja a buscar seus direitos, impondo-lhe que esteja assessorado por profissional da área da advocacia.

A necessidade de constituir um advogado para obter maior segurança em relação ao pleiteado fere o sentido da norma do artigo 791 da CLT, que se refere ao *jus postulandi*.

Vale registrar, que a segurança jurídica, princípio constitucional basilar no direito brasileiro, no caso, vem sendo constantemente vilipendiada, sobretudo, através das divergências de interpretação dos dispositivos celetista, conforme demonstrado.

O estudo revela que, se não for estabelecido um padrão mínimo de interpretação da norma jurídica, as diferentes acepções do sentido legal da norma, podem ser apontados pelos diversos órgãos do Poder Judiciário, cujo efeito é a insegurança jurídica.

A segurança jurídica é uma das garantias constitucionais que sustenta o Estado Democrático de Direito. Portanto, inadmissível que o parágrafo de um artigo possua interpretações diferentes dentro de um mesmo tribunal, violando o princípio da confiança consagrado no direito processual brasileiro.

A fundamentação expressada no presente artigo, tomou cuidado de apresentar que a inconstitucionalidade decorre da maneira em que o dispositivo é interpretado, mormente tal constatação, há uma parte dos operadores do direito que sustentam não vislumbrar qualquer vício de inconstitucionalidade no artigo 840 na CLT.

Ora, a interpretação da norma jurídica deve ser feita em consonância com a Constituição Federal, a fim de compatibilizar o intuito legislativo com os princípios que norteiam o direito brasileiro, sobretudo, aos princípios do Direito do Trabalho por ser responsável pelas garantias da classe operária.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ao analisar os pedidos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6002/2018, deve definir a maneira de interpretar a nova redação do art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho, harmonizando ao ordenamento jurídico, garantidor das relações entre capital e trabalho, declarando ser inconstitucional exigir a indicação de valores nos pedidos de que trata o § 1º, conseqüentemente, impedir a extinção do pedido de que trata o § 3º, ambos do artigo retrocitado.

Portanto, o posicionamento aqui exposto reflete uma análise crítica acerca da inovação legislativa, tendo em conta o ordenamento jurídico e garantias trabalhistas, sendo inarredável que a interpretação constitucional a ser firmada pelo Supremo Tribunal Federal é pela inconstitucionalidade da alteração da norma no particular, compatibilizando com a Constituição Federal.

Como consequência, a Justiça do Trabalho deve atentar-se para o fato de que a balança da Justiça deve equilibrar a correlação de forças entre capital e trabalho, sob pena de perder sua real finalidade e seus princípios basilares de proteção e finalidade social ao hipossuficiente.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

_____. BRASIL. Lei. 13.467, de 13 de julho de 2017. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CAPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: SafE, 2002.

_____. Código de Processo Civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery. – 18. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

_____. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS - (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969). Encontrada em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 05 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Fabiano dias Rocha. - 52. ed., atual. e ampl. - São Paulo : Saraiva, (2015), - Coleção Saraiva de Legislação.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Ativismo Judicial e concretização dos Direitos Fundamentais*. Revista da Faculdade Baiana de Direito.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/docs/direitoshumanos/>. Acessado em: 27 jul. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. *A reforma trabalhista no Brasil : com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. Mauricio Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado. - São Paulo : LTr, 2017.

_____. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho* / Carlos Henrique Bezerra Leite. – 13. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado* / Pedro Lenza. – 18. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2014.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LOURENÇO, Haroldo. Teoria dinâmica do ônus da prova no novo CPC. São Paulo: Método, 2015.

MARTINEZ, Luciano - *Reforma trabalhista* – entenda o que mudou : CLT comparada e comentada – São Paulo : Saraiva, 2017;

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NAHAS, Thereza, Pereira, Leone e Miziara, Raphael. – *CLT Comparada Urgente* - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017;

OLIVEIRA, Francisco Antonio de – Reforma Trabalhista : Comentários à Lei nº 13.467/2017 – São Paulo : LTr, 2017;

_____. NOTÍCIA VEICULADA NO SITE OFICIAL DA ANAMATRA, 2018. Brasília. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/26519-mais-da-metade-das-acoes-trabalhistas-do-rio-pedem-pagamento-de-multas-rescisorias-atrasadas>. Acesso em: 28 jul. 2020.

RODRIGUES, Plá Américo. *Princípios de direito do trabalho* : fac-similada / Américo Plá Rodrigues. - São Paulo : Ltr, p. 143, 2015.

SAAD, Eduardo Gabriel. *Consolidação das Leis do Trabalho* : comentada / Eduardo Gabriel Saad, José Eduardo Duarte Saad, Ana Maria Saad Castelo Branco. – 51. ed. atual., ver. e ampl. – São Paulo : Ltr, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SICHES, Recaséns. *Experiência Jurídica, Naturaleza de la Cosa e Lógica Razonable*. Unam, México, 1971.

SILVA, Homero Batista Mateus da – *Comentários à Reforma Trabalhista* – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Antonio de Oliveira. Comentário ao art. 840 da CLT. In: DIAS, Carlos Eduardo Oliveira et all. *Comentários à Lei da Reforma Trabalhista: dogmática, visão crítica e interpretação constitucional*. São Paulo: LTr, 2018.

SCHIAVE, Mauro. *Manual de direito do trabalho* / Mauro Schiavi. – 9. ed. – São Paulo : LTr, 2015.

SHIAMI, Mauro - *A Reforma trabalhista e o processo do trabalho* : aspectos processuais da Lei n. 13.467/2017. – 1ª ed. – São Paulo : LTr Editora, 2017;

_____. STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6002/18. Processo nº 0077530-64.2018.1.00.0000. Relator atual: Min. Ricardo Lewandowski. Data do ajuizamento: 31/08/2018. Disponível em:

<<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5537399>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. (TRT 17ª R., RO 0001827-42.2017.5.17.0005, Divisão da 1ª Turma, Rel. Desembargador Cláudio Armando Couce de Menezes, DEJT 31/07/2018). <https://www.trt17.jus.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. (TRT 2ª R., RO 1000715-42.2018.5.02.0057, 6ª Turma, Rel. Des. Antero Arantes Martins, DEJT 06/11/2018). <https://www.trt2.jus.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.